

African Economic Outlook 2003/2004

Summary in Portuguese

Perspectivas Econômicas da África

Sumário em Português

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos e o Banco Africano de Desenvolvimento publicam a terceira edição do relatório sobre as *Perspectivas Econômicas da África*. O estudo, nascido de uma fértil colaboração entre as duas instituições, dá ao leitor uma idéia significativa da evolução da conjuntura sócio-econômica do continente africano, através da análise aprofundada de 22 países deste continente: África da Sul, Argélia, Botswana, Burquina Faso, Camarões, Costa de Marfim, Egito, Etiópia, Gabão, Quênia, Mali, Marrocos, Maurício, Moçambique, Nigéria, Uganda, Senegal, Tunísia, Zambia, e Zimbábue.

Uma síntese da situação africana em geral precede o conjunto das notas relativas aos países, que incluem uma análise macroeconômica do ano precedente, bem como as previsões para 2004 e 2005. Este ano, a parte temática avalia o papel do setor de energia na melhoria das condições de vida das populações e no desenvolvimento do continente. Para tanto, foi realizado um censo do potencial energético, do consumo e das infraestruturas implementadas em cada país. No fim do relatório, o anexo estatístico abrange os principais indicadores econômicos e de desenvolvimento humano para todos os países africanos, e situa os países estudados no contexto mais amplo do continente.

A conjuntura 2003 e as previsões para 2004 e 2005 na África

Em termos de resultados principais, a edição de 2003/2004 aponta para a modesta melhoria do desempenho econômico do continente africano em 2003. Após ter registrado um crescimento do PIB de 2,7 em 2002, ligado à péssima conjuntura internacional e sobretudo européia, a África voltou em 2003 a uma taxa média de crescimento de 3,6 pontos percentuais, a taxa mais elevada em quatro anos.

Esta melhoria é devida a fatores internos e externos, entre outros : 1) a melhoria da conjuntura européia, à qual os países africanos são estreitamente ligados em razão das relações comerciais existentes entre as duas zonas ; 2) o aumento dos subsídios públicos ao desenvolvimento, de 16 pontos percentuais entre 2001 e 2002, e avaliado em 7,9 pontos percentuais em 2003, conforme o Comitê de Auxílio ao Desenvolvimento da OCDE; 3) a evolução relativamente favorável da cotação das matérias primas, e em particular da cotação do petróleo, dos metais (incluindo-se o ouro) e dos produtos agrícolas, entre outros o cacau e o algodão; 4) o lançamento de iniciativas globais de incentivos tais como a NEPAD (*New Economic Partnership for African Development*).

Alguns fatores, pelo contrário, contribuíram para a desaceleração dessa retomada. Assim, a depreciação do dólar frente ao euro moderou o crescimento europeu, e por conseguinte teve consequências negativas sobre o desempenho das economias africanas, e em particular das economias dos países da zona Franca. O baixo dinamismo da demanda dirigida à África também moderou a retomada.

As previsões realizadas no âmbito das *Perspectivas Econômicas da África* prevêem um crescimento regular em 2004 e uma eventual aceleração em 4 pontos percentuais em 2005, na medida em que os imprevistos climáticos e os eventos políticos assim o permitirem.

Quadro 1 – Taxas médias de crescimento do PIB por região

REGIÃO	MÉDIA 1996-2001	2002	2003(E)	2004(P)	2005(P)
África Central	2.7	4.1	4.2	7.1	7.0
África do Leste	4.3	1.7	2.4	4.9	4.6
África do Norte	4.5	3.3	4.9	3.5	4.2
África do Sul	2.8	3.3	1.8	2.8	3.1
África do Oeste	3.5	1.0	4.5	3.9	4.0
Total	3.6	2.7	3.6	3.6	4.0

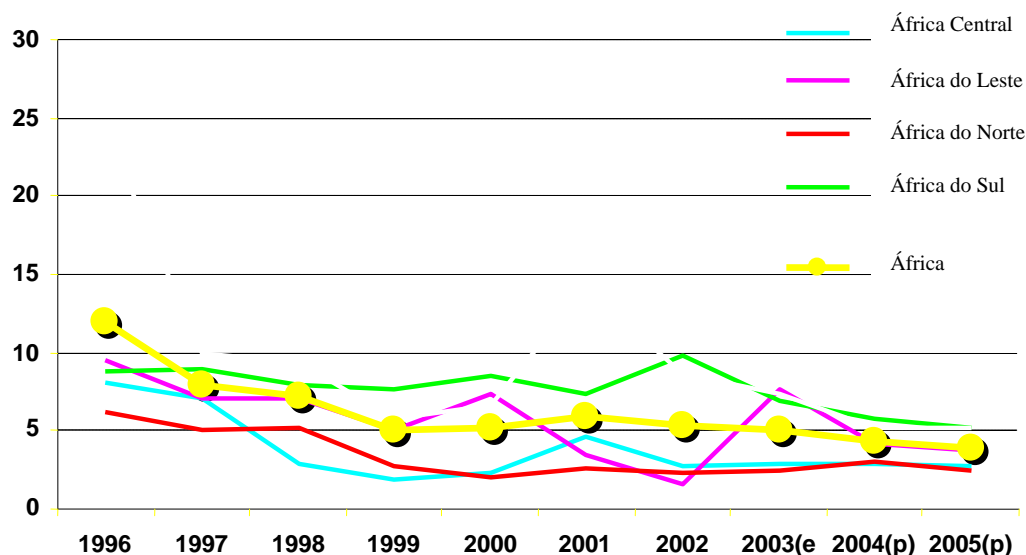
Fonte: Dados provenientes dos PEA para os 22 países incluídos no relatório. Dados do FMI para os restantes países. Estimativas e previsões dos autores.

A região que conheceu o maior crescimento em 2003 foi a África do Norte, em razão do efeito de retomada após a queda do setor turístico, devida aos atentados do 11 de setembro. Este bom desempenho é parcialmente devido aos esforços empreendidos pelas autoridades locais em matéria de reformas, o que poderia possibilitar a continuação dessa tendência positiva em 2004 e 2005.

A África Central e a África do Oeste conheceram em 2003 um desempenho próximo ao da África do Norte. O crescimento na África Central foi sustentado em 2003 pela estabilização política no Congo (RDC), pela evolução favorável do preço do petróleo e pelo lançamento da produção petrolífera no Chade. Pelos mesmos motivos, é suscetível de conhecer uma aceleração nos dois próximos anos. Na África do Oeste, o crescimento foi levado a termo pelos países que circundam a Costa de Marfim e que, graças a políticas públicas ativas, conseguiram prever os efeitos econômicos da crise costa-marfinense. Além do mais, beneficiaram-se de excelentes safras agrícolas.

Contrariamente, o crescimento foi fraco em toda a África do Leste e na África Austral, em razão dos imprevistos climáticos e do fraco desempenho da indústria mineira na África do Sul. Com efeito, o sub-setor aurífero sofreu do aumento dos custos de extração e da forte apreciação da cotação do rand.

Gráfico 1 – A evolução da inflação (CPI) nos países africanos



Nota: O gráfico não inclui os países hiper inflacionários

Fonte: Dados provenientes dos PEA para os 22 países incluídos no relatório. Dados do MI para os restantes países.

Estimativas e previsões dos autores.

Em matéria de estabilidade macroeconômica, os progressos observados no relatório 2002/2003 foram confirmados, entre outros, em termos de política monetária, de controle da inflação e de déficit público.

A inflação foi controlada em quase todos os países, com raras exceções. Na África do Leste, atingiu 7,6 pontos percentuais em 2003, em razão das péssimas safras agrícolas. Na África Austral, com exceção da África do Sul, a inflação permanece elevada por razões estruturais ligadas, entre outros, aos deslizes orçamentários e às consequências da apreciação do rand sul-africano frente ao preço das importações.

A situação orçamentária geral melhorou ligeiramente em 2003, se comparada com 2002, ano marcado por déficits importantes. Esta melhoria é devida à boa evolução das cotações de matérias primas, que ajudou a reforçar as receitas orçamentárias dos Estados. No entanto, esses progressos foram limitados pela queda da cotação do dólar, que toca diretamente as exportações de matérias primas, cujos preços são redigidos em dólares. Conforme as previsões das *Perspectivas Econômicas da África*, estes déficits deveriam globalmente se estabilizar em 2004 e 2005. A África Central constitui a única exceção e conheceu em 2003 importantes excedentes orçamentários, ligados ao bom desempenho do setor petrolífero e aos esforços de reajuste orçamentário empreendidos no âmbito do monitoramento multilateral da CEMAC.

Em direção aos Objetivos do Milenário para o Desenvolvimento ?

Apesar do desempenho macroeconômico positivo, o esforço para diminuição da pobreza nos países africanos não deu os resultados esperados, pelo menos no que diz respeito à realização dos Objetivos do Milenário para o Desenvolvimento (OMD). O relatório 2002/2003 já evidenciava que seria extremamente difícil para os países africanos alcançarem os OMD. Conforme as tendências observadas, a pobreza monetária deveria passar de aproximadamente 48 pontos percentuais em 1990 a aproximadamente 39 pontos percentuais em 2015, longe dos 23 pontos percentuais esperados.

Os progressos da África em termos de erradicação da extrema pobreza e da fome (primeiro OMD) são avaliados levando-se em conta a evolução da prevalência da insuficiência ponderal nas crianças com menos de cinco anos, que deve ser reduzida pela metade. No conjunto dos 53 países africanos, os dados comprovam que somente cinco países já alcançaram esta meta, e dez outros estão a caminho de alcançá-la.

Na intenção de avaliar os esforços dos países em favor do ensino primário universal, são utilizados dois indicadores: a taxa líquida de escolarização no ensino primário e a proporção de crianças atingindo o quinto ano de escola. Um único país, a Tunísia, alcançou a meta para o primeiro indicador (11 outros estão no caminho certo). No que se refere ao segundo indicador, existem grandes disparidades no seio do

continente: os melhores resultados foram alcançados na África do Norte, onde 85 pontos percentuais dos alunos completam pelo menos quatro anos de ensino.

Os progressos relativos ao terceiro OMD, a eliminação deste tipo das discriminações de gênero no ensino, são avaliados graças à proporção de meninas em comparação com os meninos inscritos no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e no Ensino Superior. Os dados disponíveis são muito incompletos, no entanto, os países africanos parecem realizar progressos importantes relativamente à paridade na escola primária, e deixam entender que este objetivo será o único alcançado em 2015. Infelizmente, estes progressos são muito mais moderados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Em matéria de saúde, além dos esforços realizados, os OMD estão longe de serem alcançados, e os indicadores habituais fazem parte dos piores do planeta. Até agora, nenhum país alcançou o quarto objetivo, ou seja, a redução em dois terços da mortalidade infantil. Embora onze países pareçam a caminho de alcançá-lo, este objetivo apresenta os piores resultados.

Enfim, os OMD objetivam reduzir pela metade a porcentagem da população que não tem acesso à água potável. No entanto, os dados relativos à proporção da população que tem um acesso regular a pontos de água construídos são assustadores: somente três países alcançaram esta meta, e doze outros estão a caminho de alcançá-la. Este resultado é decepcionante, vista a importância do acesso à água para o progresso sócio-econômico em todos seus aspetos.

Governança política

A melhoria da governança é um elemento chave para um desenvolvimento econômico e social sustentável. Depende dos esforços internos de cada país em favor da preservação da estabilidade política, mas encontra-se reforçada pela implementação de projetos de desenvolvimento regionais e continentais, que incluem a cooperação entre os governos africanos e a comunidade internacional.

Nesta óptica, a Nova parceria para o desenvolvimento da África (NEPAD) nasceu em julho de 2001. A inovação proposta é a consolidação do binômio apropriação/parceria: os Africanos apropriam-se o processo de desenvolvimento do seu continente, ao mesmo tempo que colaboram estreitamente com os parceiros da comunidade internacional. Esta nova parceria possibilita uma visibilidade acrescida das preocupações africanas nos fóros mundiais, e coloca a vontade política dos dirigentes africanos no centro da problemática do desenvolvimento sustentável. Hoje em dia, o apoio da comunidade internacional ao quadro de ação do NEPAD, sobretudo mediante a voz das Nações Unidas, é muito amplo.

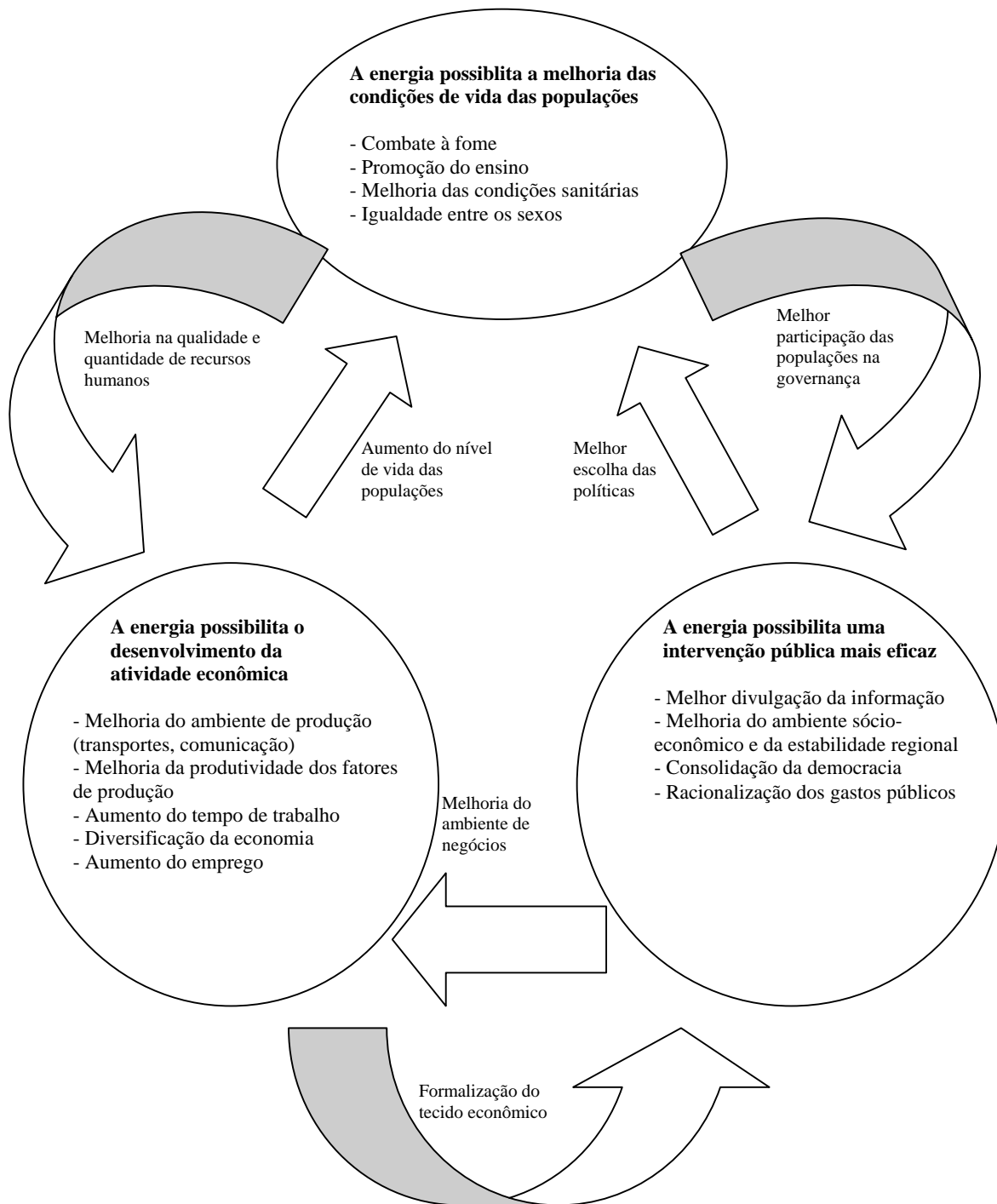
O lançamento do Mecanismo Africano de Avaliação pelos pares (MAEP), em maio de 2003, constitui uma fase importante da implementação do NEPAD. O MAEP, que se encontra no coração do NEPAD, é considerado como um mecanismo voluntário de auto-avaliação, de diálogo construtivo e de persuasão entre os pares, zelando que os participantes respeitem os valores, os códigos, e as normas políticas, econômicas e de gerenciamento de empresas acordados. Em meados de 2003, 17 países tinham firmado o protocolo de acordo do MAEP. Estes países são a África do Sul, Argélia, Angola, Burquina Faso, Camarões, Congo, Etiópia, Gabão, Gana, Quênia, Maurício, Mali, Moçambique, Nigéria, Uganda, Ruanda e Senegal. O início da avaliação do Gana e do Ruanda é previsto para o ano 2004. A avaliação do Quênia e de Maurício também é planejada e deveria acabar no início de 2005.

No futuro, o êxito do NEPAD dependerá da evolução de vários aspetos críticos: o grau de implementação do MAEP e de respeito dos princípios de boa governança política e econômica, o alcance do apoio que o NEPAD conseguirá mobilizar em favor da sociedade civil e do setor privado para alcançar seus objetivos, a força dos novos parceiros estratégicos que o NEPAD saberá instaurar com a comunidade internacional, assim como o sucesso encontrado por esta iniciativa na elaboração e implementação de projetos e programas que correspondem ao espírito do NEPAD.

Oferta de energia e pobreza

O acesso à energia é um componente essencial do combate à pobreza. Favorece o desenvolvimento individual através da melhoria do ambiente educacional e sanitário. Possibilita o desenvolvimento da atividade econômica através da mecanização e melhoria das comunicações. Finalmente, participa da melhoria do ambiente econômico, possibilitando uma intervenção pública eficaz, um melhor respeito do ambiente e a consolidação da democracia.

Gráfico 2 – Esquema dos vínculos entre energia e desenvolvimento

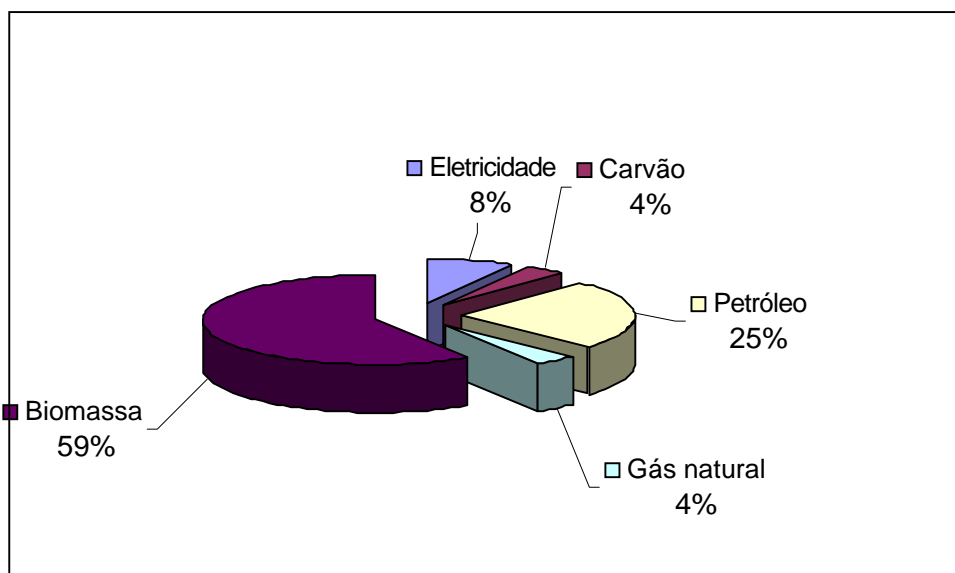


Esquema dos vínculos entre energia e desenvolvimento

O continente africano possui um vasto potencial energético... amplamente inexplorado. Assim, 21 países em 53 seriam capazes de explorar rentavelmente a energia hidráulica, mas somente 7 pontos percentuais deste potencial estão sendo explorados. A Rift Valley possibilita o acesso a temperaturas elevadas a pouca profundidade de uma capacidade geotérmica da ordem de 9000 MW, mas somente 45MW e 9 MW são extraídos no Quênia e na Etiópia para a produção de eletricidade. A radiação solar anual média varia de 5 a 7 kWh/m² na África (entre 6 e 7 kWh/m² na África saheliana e austral e aproximadamente 5 kWh/m² na África central), nível atingido pela península arábica, o norte da Austrália e o norte do Chile unicamente. Além deste potencial solar, a África possuía em 1999 somente 1,3 ponto percentual das capacidades fotovoltaicas instaladas, concentradas no Marrocos, no Egito, na África do Sul e no Senegal. As reservas africanas de gás ultrapassam as de petróleo. No entanto, em razão de infraestruturas amplamente deficitárias, é devidamente explorado e exportado a partir da África do Norte unicamente.

Até no caso do petróleo, única fonte de energia cujo potencial é amplamente explorado na África, a oferta interna permanece extremamente limitada. A produção de petróleo no continente é em maior parte destinada à exportação em razão da muito baixa capacidade de transformação dos países africanos. Assim, apesar da exploração intensiva, os países africanos continuam importando massivamente seus produtos petrolíferos, o que torna mais pesada sua restrição macroeconômica.

Gráfico – Estrutura do consumo de energia na África (2001)



Na falta de oferta satisfatória, o consumo energético por habitante é muito fraco na África. Em média, é de 0,5 tep por habitante para uma média mundial de 1,2. Compõe-se essencialmente da exploração da biomassa, dos derivados do petróleo e da eletricidade, energia secundária proveniente de fontes fósseis e de energias renováveis.

No entanto, as fontes modernas de energia (produtos do petróleo e energia elétrica) são essencialmente destinados à utilização industrial e ao transporte. O consumo doméstico africano de energia resume-se em grande parte à utilização da biomassa, o que tem como consequência efeitos nefastos na saúde das populações e uma forte pressão no meio ambiente.

O continente africano tem a taxa de eletrificação mais baixa do mundo (sómente 24,3 pontos percentuais da população tinham acesso à eletricidade em 2000, para 40,8 pontos percentuais na Ásia do Sul, 86,6 pontos percentuais na América Latina, 86,9 pontos percentuais na Ásia do Leste e 91,1 pontos percentuais no Médio Oriente). A baixa densidade populacional aliada à preponderância da população rural são restrições importantes, pois tornam o desenvolvimento das infraestruturas muito oneroso e limitam as economias de escala. Além do mais, em razão da falta de manutenção, das conexões ilegais e da insuficiência dos investimentos, a oferta é pouco confiável, assim como o comprovam as perdas importantes no transporte e na distribuição.

No último decênio, as reformas relativas ao modo de propriedade, à organização e à regulamentação do setor de energia aceleraram-se nos países em desenvolvimento, em razão da insatisfação gerada pela péssima gestão das empresas públicas. Neste contexto, mais de 30 países lançaram um programa de reformas para abrir seu setor elétrico a operadores privados. Estas reformas obtiveram resultados moderados: em alguns países, a existência de uma regulamentação confiável possibilitou a captação de investidores e a melhoria dos serviços à população. Em outros, um processo incompleto comprometeu as chances de sucesso, evidenciando a importância crucial de uma entidade controladora eficaz que possa facilitar a transferência para o setor privado. A experiência passada comprovou a importância das fases iniciais da reforma, ou seja, a formulação clara de uma política elétrica que enuncie as linhas diretrizes dos programas de reformas e a implementação de uma entidade controladora transparente e independente para o mercado de eletricidade. Neste caso unicamente, foi observada uma expansão do serviço de eletricidade. A Costa de Marfim constitui um exemplo interessante de reforma bem sucedida. Graças a uma forte vontade política, a uma estreita colaboração entre o Estado e o setor privado num quadro regulamentar adequado, o setor de eletricidade foi privatizado com sucesso em 1990, resultando na melhoria do acesso a esta energia, no progresso da capacidade de produção e no aumento das receitas públicas.

Visto a natureza dos projetos elétricos, que precisam da extensão das redes além das fronteiras, é indispensável ter uma abordagem regional. A melhoria do acesso à eletricidade constitui assim uma das propostas fundamentais da iniciativa Energia do NEPAD. Esta iniciativa objetiva, em particular, aumentar de 10 a 35 pontos percentuais em 30 anos a taxa de acesso dos Africanos a uma energia comercial confiável. Nesta intenção, destaca-se o desenvolvimento de programas regionais e inter-regionais, que se mostraram recentemente incapazes de produzir resultados positivos em termos de criação de economias de escala, de ampliação de mercados, e de redução dos níveis tarifários. Um projeto de interconexão das redes implementadas na África Austral (o pool elétrico da África Austral, ou *Southern African Power Pool*) e um outro projeto estão sendo finalizados na África do Leste (*West African Power Pool- WAPP*).

© OECD 2004

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título original.

Os sumários multilingues são traduções dos excertos da publicação original da OCDE publicada originalmente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE
www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit,
Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 13 91

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

